



MEMÓRIAS DE PROFESSORAS INDÍGENAS: DO TEMPO DE ESCOLA, DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DOCENTE

DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i2.1929

Marcia Pires Saraiva¹; Nicolly Araújo Bitencourt ²;

¹ Docente do Curso de Geografia, Campus Universitário de Altamira/UFPA. E-mail: marcia@ufpa.br

² Graduanda em Geografia. E-mail: nikbitencourt69@gmail.com

RESUMO: A relevância das mulheres indígenas vem adquirindo destaque em vários trabalhos acadêmicos e sendo tematizada sob vários recortes disciplinares. Nesta direção este trabalho tem como objetivo caracterizar a formação das professoras indígenas da área do médio Xingu abordando desde o tempo de escola, à formação profissional e aspectos ligados ao exercício da profissão. Para isso buscou-se a realização de um levantamento bibliográfico sobre o tema e a coleta de entrevistas. A pesquisa revelou a importância da oferta do primeiro curso de Magistério Indígena nesta área assim como as experiências escolares vividas pelas professoras Juruna seja na cidade, seja aldeia, demonstraram o fortalecimento da identidade Juruna. A disparidade da idade com a série foi relatada como uma situação que gerou constrangimentos, marcando a vivência escolar. Conclui-se que há uma discrepância em relação à legislação vigente sobre a política de formação de professores e à realidade local do médio Xingu.

Palavras-chave: Formação de professores; Indígenas Juruna; Professoras indígenas.

INTRODUÇÃO

Atualmente a relevância das mulheres indígenas vem adquirindo destaque em vários trabalhos acadêmicos e sendo tematizada sob vários recortes disciplinares. Especificamente sobre a docência indígena existe pouca atenção quanto ao recorte de gênero. Nesta direção, este trabalho tem como objetivo investigar a formação de professoras indígenas da área do Médio Xingu, Pará, por meio da ótica dessas professoras, abordando desde o tempo de escola à formação profissional e aspectos ligados ao exercício da profissão. Um aspecto que ainda se observa na literatura é que as trajetórias escolares das mulheres indígenas têm sido abordadas mais com relação ao Ensino Superior. Diante desse quadro, tornam-se relevante e necessária as investigações sobre as mulheres indígenas professoras desde os primeiros anos de formação escolar, explorando os valores e as percepções que atribuem para o trabalho docente, bem como as estratégias e saberes que acionam para dar sentido a profissão e ao trabalho que realizam. Segundo Souza (2011, p. 169) “memória e narração são interfaces das lembranças e dos esquecimentos, as quais se inscrevem num espaço e num tempo, circunscritas em acontecimentos e experiências de vida-formação”. Nesta mesma perspectiva, Redin (2011, p. 137) afirma que “memória e experiência se complementam, dando sentido à existência, permitindo uma apropriação da própria vida”.

METODOLOGIA



Este estudo é fruto de uma pesquisa empírica em desenvolvimento no âmbito de um Projeto de Pesquisa contemplado com bolsa do Programa De Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODUTOR) da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa se inseri na área da educação, especificamente no campo da política de formação de professores indígenas, tendo como foco as professoras. Atualmente a relevância das mulheres indígenas vem sendo reconhecida em vários trabalhos acadêmicos, sendo tematizada sob vários recortes disciplinares. Sobre a docência indígena existia pouca preocupação quanto ao recorte de gênero. O trabalho pioneiro de Maher (1996), por exemplo, ao trazer a formação, as identidades e perspectivas de educação focalizou os professores indígenas do Acre. Grupioni (2008), por sua vez, enfocou as transformações no plano normativo e seus desdobramentos nos processos de formação de professores indígenas. O recorte de gênero nas pesquisas sobre educação escolar indígena, conforme Teixeira e Rabelo (2012), ainda é escasso, mesmo que nos estudos sobre as mulheres indígenas seja destacada a importância da educação tanto para participação política das mulheres, como para mudanças em relação às estruturas de poder internas às comunidades e aos papéis sociais femininos e masculinos. Sobre esse aspecto Grubits (2014), por exemplo, chama atenção para a atuação política das mulheres Terena, Kadiwéu e Guarani Kaiowá, sublinhando que a educação tem um papel importante. Já Teixeira e Rabelo (2012) destacam o quanto a escolarização, o assalariamento e a experiência associativa foram relevantes para as professoras Xacriabá.

Tais trabalhos evidenciam que a investigação teórica sobre a educação escolar das mulheres indígenas é relevante não apenas para a compreensão de suas trajetórias escolares, mas para as transformações nas comunidades em que elas estão inseridas e para a realização de um diagnóstico mais preciso sobre os desdobramentos das políticas públicas voltadas à formação de professores e professoras indígenas.

Um aspecto que ainda se observa na literatura é que as trajetórias escolares das mulheres indígenas têm sido abordadas mais com relação ao Ensino Superior. Diante desse quadro, torna-se relevante as investigações sobre as mulheres indígenas professoras desde os primeiros anos de formação escolar. Daí a importância de trabalhos como o de Ribeiro (2011), por exemplo, que se volta para as narrativas do percurso escolar de mulheres indígenas destacando os preconceitos vivenciados em escolas não indígenas, em Dourados, Mato Grosso do Sul

Na realização deste estudo, foi efetivado um levantamento bibliográfico pertinente sobre o tema, além de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com três (03)



professoras da etnia Juruna, seguindo um roteiro semiaberto com perguntas pré-elaboradas. Mediante a transcrição dessas entrevistas foi possível a organização dos dados levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais demonstram que a fundação da escola dentro da Terra Indígena (TI) foi fundamental para que houvesse uma ruptura com um passado sem escola, no qual os indígenas Juruna eram obrigados a se deslocarem para fora da TI em busca de estudos. A primeira professora indígena da comunidade narrou situações semelhantes às apontadas por Ribeiro (2011) relacionadas a preconceitos vividos quando estudou na cidade, bem como os desafios e as adversidades encontradas.

De modo que, para compreender a formação das Juruna como professoras, tem-se que está atento à história do grupo e sua relação com a sociedade mais ampla, principalmente em relação à luta por Direitos Fundamentais. Assim, tentando contornar a falta de escola, os Juruna buscaram estudar em escolas situadas às proximidades da terra indígena ou na cidade de Altamira. Tal carência de escolas que possibilitassem uma formação inicial aos Juruna constituía, aliás, um dos aspectos que caracterizava a educação voltada aos indígenas na área do Médio Xingu, não sendo uma situação isolada, o que, por sua vez, gerava também a falta de professores indígenas.

Uma manifestação da política oficial para a formação de professores indígenas nesta área ocorre em 2009, a partir da oferta de uma turma em Magistério Indígena pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). Entretanto, já existia em curso uma política não oficial realizada pela ação da Prelazia do Xingu e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ambos vinculados à Igreja Católica. Tais organizações ao desenvolverem trabalhos voltados à fundação de escolas nas aldeias tinham como principal objetivo a formação de professores indígenas (SARAIVA, 2023). Grupioni (2008) constatou que nos anos de 1980, as primeiras experiências alternativas de construção de processos escolares e de formação de professores indígenas no Brasil foram conduzidas por organizações não governamentais, civis e religiosas. Essas experiências vinham na contramão da ação governamental cujas práticas resultaram num conjunto de ideias que contestaram o modelo de educação oficial vigente. Os resultados demonstraram que esse processo alternativo apontado por Grupioni (2008), no caso da área do Médio Xingu, se deu em um contexto no qual o ordenamento jurídico voltado à educação escolar indígena se pautava nos discursos da educação diferenciada, o que revela que nesta área tal política pública foi ignorada pelos órgãos



públicos do Estado. E a política da igreja em Altamira, por sua vez, se encontrava concatenada com as reivindicações do movimento indígena brasileiro.

Em 2011, por exemplo, os indígenas apresentaram dezenove (19) demandas para a educação escolar indígena nesta área, entre as quais reivindicavam que a formação dos professores indígenas fosse “continuada, diferenciada, bilíngue com a valorização das línguas indígenas” (ATA, 2011, p.11) e que a mesma fosse desenvolvida por “professores com experiência no campo da educação escolar indígena” (ATA, 2011, p.11). Em relação à formação em nível superior, os indígenas reivindicavam “um curso de Licenciatura Intercultural com propostas pedagógicas construídas junto com os Povos Indígenas” (ATA, 2011, p.11).

A ampliação do curso de magistério indígena também foi observada pelos indígenas, bem como a regularização das escolas indígenas, visto que onde elas existiam ainda funcionavam como unidades de ensino anexas às escolas rurais e sem nenhuma especificidade quanto à educação diferenciada. Em 2013, Reis (2015) constatou que as políticas educacionais indigenistas para a educação básica em área indígenas, em Altamira, não implementavam a categoria Escola Indígena, ou seja, apesar de todas as conquistas constitucionais e das reivindicações dos indígenas regulamentadas em leis, tais conquistas continuavam sendo ignoradas pelos órgãos públicos estaduais e municipais.

As primeiras contratações de indígenas professores pela Secretaria de Educação de Altamira se iniciaram a partir de 2014, quando as escolas indígenas começaram a receber os indígenas egressos do curso de magistério de 2009. Mesmo com a reivindicação dos indígenas, as políticas de formação seguiram lentas nos três níveis de ensino, sendo um dos fatores que marcam a trajetória das indígenas professoras da etnia Juruna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou a importância da oferta dos primeiros Cursos de Magistério Indígena para a formação de professores indígenas para atuarem nas escolas das aldeias do Médio Xingu, assim como as experiências escolares vividas pelas professoras Juruna, seja na cidade, seja aldeia, demonstrando o fortalecimento da identidade Juruna.

Entretanto, o projeto político e pedagógico implementado pela ação da Prelazia do Xingu e do CIMI também foi importante não só para fundar escolas, mas para formar professores indígenas e afirmar os princípios constitucionais em relação aos direitos indígenas à uma educação diferenciada. Neste sentido, professora indígena Sarah, ao narrar sua vivência escolar na aldeia



Paquiçamba, com o corpo docente vinculado ao CIMI e a Prelazia do Xingu na escola Korina Juruna, afirma: “A gente aprendeu bastante com eles. Eram professores ativos. Ficavam o mês todo na comunidade. Eles que construíram a escola e na época eu acredito que foi um dos melhores tempos de ensino que a gente teve na aldeia” (Entrevista, Profa. Sarah Juruna, 2022).

Outros aspectos também foram evidenciados. A disparidade da idade com a série foi relatada como uma situação que gerou constrangimentos, marcando a vivência escolar no contexto da cidade. Devido às dificuldades, a professora Ana Alice só pode ingressar nos estudos com 12 anos de idade e assim relatou como foi a sua vivência, quando teve que estudar no contexto da cidade:

A experiência não foi boa. No começo, eu já com 13 anos de idade e as crianças tinham 5 e 6 anos, era meio estranho pra mim. Então, demorei muito para aprender a ler porque a gente ficava com um pouco de vergonha dos outros alunos. Eu era uma menina grande numa turma pequena (Entrevista, Prof. Ana Alice Juruna, 2022).

Além de viver longe da família e de sua comunidade, ela lidava com um ambiente escolar hostil que reforçava a visão etnocêntrica que inferiorizava o indígena.

Assim, conclui-se que há uma discrepância em relação à legislação vigente sobre a política de formação de professores e à realidade local do médio Xingu, existindo pouco interesse político por parte dos órgãos públicos em efetivar, de modo contínuo e efetivo, a formação de professores indígenas nesta área.

REFERÊNCIAS

ATA. Primeiro Encontro de Educação Escolar Indígena do Médio Xingu, Altamira, 2011.

GRUBITS, Sonia. Mulheres indígenas Brasileiras: educação e políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, 26, p. 116-125, 2014.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe**: cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MAHER, Terezinha de Jesus M. **Ser professor sendo índio**: questões de linguagem e identidade. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

MENEZES, Maria; Menezes, Faustino e Novak, Maria. Formação inicial de professores indígenas: ações desenvolvidas no estado do Paraná. **Revista Ibero-Americano de Estudos em Educação**, Araraquara, v.16, n. especial, p. 910-925, 2021.



REDIN, Marita M. Memórias de escola: das muitas escolas imaginadas e vividas. In: FISCHER, Beatriz (Org.). **Tempos de escola: memórias**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p. 133-140.

REIS, Neila. Política Educacional Indigenista: suas implicações no Xingu. **Educere**, Cascavel, p.549-561, 2015.

RIBEIRO, Sandra Teixeira. **Narrativas de professoras indígenas: reconstruindo histórias de Identidade e Preconceitos**. 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, Universidade Federal da Grande Dourados), 2011.

SARAIVA, Marcia Pires. **Vai dá muito trabalho!** Cultura escolar, História e Educação (ões) entre os Juruna da TI Paquiçamba, Xingu- Pará (1994-2014). 2023. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2023.

SOUZA, Elizeu. O que fica por dizer: memórias cruzadas em histórias de formação. In: FISCHER, Beatriz (Org.). **Tempos de escola: memórias**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p. 165-178.

TEIXEIRA, Vale; ISIS, Aline; RABELO, Ana Maria. A escola indígena tem gênero? Explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xacriabá. **Práxis Educativa** (Brasil), v. 7, p. 55-83, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89425835004.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2024.